



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

AS PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DO ARQUITETO NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Rachel Benedet de Sousa Martins (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura) - rachelbenedet@gmail.com
Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2019). Mestranda em Projeto e Planejamento no Programa de Pós Graduação da FAU/UnB.

Cristiane Guinancio (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura) - cristiane-g@uol.com.br
Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (1987), Mestre pela University College London (1995), especialista em Reabilitação Sustentável, Arquitetônica e Urbanística (2011) e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (2017) pela U

As perspectivas da atuação do arquiteto no contexto da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

INTRODUÇÃO

A precariedade das construções no âmbito da Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil se insere num contexto que abarca grande parte das famílias que pretendem construir ou reformar suas casas: a falta de assistência técnica durante o processo de projeto e obra. A insuficiência das ações do Estado para garantir habitação de qualidade e o afastamento da classe de arquitetos da parcela menos favorecida da população são alguns dos motivos que acarretam na quantidade significativa de habitações insalubres e inadequadas do ponto de vista espacial, estrutural e de conforto.

Segundo a pesquisa “Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil - Principais resultados para o período de 2016 a 2019”, publicada em 2021 pela Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional estimado do Brasil corresponde a 5.876.699 de domicílios. Esse valor corresponde à soma dos domicílios precários (rústicos e/ou improvisados), unidades domiciliares de coabitação (domicílios com alta densidade por cômodo ou famílias que residem em um único cômodo) e o ônus excessivo de aluguel urbano (famílias com renda familiar de até 3 salários mínimos que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel).

Além do quantitativo do déficit habitacional, a pesquisa da FJP também classifica a inadequação de domicílios urbanos: domicílios particulares permanentes com carências de infraestrutura urbana (como falta de acesso a água, esgoto, energia elétrica ou coleta de lixo) e/ou inadequações edilícias (como a ausência de banheiro, armazenamento de água inadequado, piso e cobertura inadequados, e exclusividade de cômodos dormitórios), bem como domicílios sem regularização fundiária urbana. A soma desses componentes totaliza 24.893.961 de domicílios inadequados, e, destes, 11.246.366 referem-se às unidades com carências edilícias, cujas necessidades podem ser atendidas diretamente por arquitetos e demais profissionais da construção civil por meio de assistência técnica.

Os dados da pesquisa da Fundação João Pinheiro (2021) evidenciam que, além da grande quantidade de famílias que sofrem pela falta de um lar, existem ainda aquelas que habitam em locais inadequados e muitas vezes insalubres, que expõe as famílias a inúmeros riscos, dentre eles a propagação de doenças. A pesquisa também constatou forte crescimento dos indicadores no período de análise (2016 a 2019). Além disso, domicílios com carência de iluminação e ventilação natural não são considerados nessa contagem, indicando que o número de domicílios inadequados é, em realidade, ainda maior.

A contagem mais recente de domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018, contabilizou 71.015.000 domicílios no Brasil, dos quais cerca de 35% não são considerados adequados para moradia. Assim, se reforça a necessidade da atuação de arquitetos e urbanistas para combater não só o déficit habitacional, com a construção de novas unidades domiciliares, mas também a inadequação de domicílios, com reformas populares.

A pesquisa promovida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) com o Instituto Datafolha (2015), com objetivo principal de descobrir qual a importância da Arquitetura e do Urbanismo na vida dos brasileiros, revela uma barreira entre os arquitetos e a construção popular. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com 2.419 pessoas, distribuídas em 177 municípios nas cinco regiões do Brasil – o perfil dos entrevistados corresponde às características da população economicamente ativa brasileira.

Por meio dessa pesquisa revelou-se que 54% dos entrevistados já realizou reformas ou construções e, destes, menos de 15% utilizou serviço de arquiteto ou engenheiro para acompanhar a obra. Isto é, mais de 85% dentre os que construíram ou reformaram não foi atendida por arquitetos. Dentre os motivos para a não-contratação do profissional, destaca-se a questão financeira – a maioria dos entrevistados “acha caro”, e prefere optar por pedreiros ou mestres de obras para a execução da obra. Outro motivo é a crença da falta de necessidade do arquiteto. A esse respeito, o então presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, destacou:

A pesquisa CAU/BR-Datafolha evidencia o esforço que temos que fazer para divulgar mais a importância do trabalho do arquiteto e urbanista. [...] É hora de dar maior atenção e proporcionar o direito à Arquitetura e Urbanismo também a eles [as classes B, C e D]. [...] É fundamental valorizar o projeto e acabar com os vícios originados pela falta de planejamento em nossas cidades. (Informação verbal, artigo foi divulgado em anexo à pesquisa do CAU/BR/Datafolha, 2015.)

Nesse contexto, o presente artigo pretende discutir como a atuação de arquitetos e urbanistas (e em caráter multidisciplinar com outros profissionais como engenheiros, assistentes sociais, técnicos em edificações, entre outros) pode contribuir para a diminuição da inadequação de domicílios no Brasil por meio da prestação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS).

Mesmo com a atuação do Estado em propor políticas para solucionar o problema do déficit habitacional e da inadequação de domicílios, na prática, ainda existem barreiras a serem dissolvidas para garantir o pleno acesso à ATHIS pelo seu público-alvo (famílias com renda de até três salários mínimos). As ações do Estado se limitam a iniciativas pontuais, tendo como destaque os trabalhos na linha de Melhorias Habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF). Os órgãos representativos de arquitetos e urbanistas, como o CAU/BR, os CAU/UF, e o

IAB, também estão cada vez mais engajados em promover o debate acerca da importância da arquitetura popular.

Diante da insuficiência das ações em âmbito nacional, surgiram iniciativas locais da iniciativa privada que oferecem esse serviço para uma clientela de baixa renda. São escritórios que trabalham para pessoas com menor poder aquisitivo (faixas de renda C, D, E), por meio da flexibilização de métodos de pagamento e do oferecimento de serviços de execução rápida. A democratização da arquitetura é uma missão constante entre essas iniciativas.

Diante desse cenário, cabe avaliar a relação entre a implementação da ATHIS pelo Estado e por iniciativas privadas, sendo o artigo estruturado em duas partes. Inicialmente concentra-se na discussão do papel social do arquiteto e urbanista, focando na atuação prática e ativismo de profissionais brasileiros. São apresentadas iniciativas de impacto social em arquitetura e urbanismo, dentre elas, empresas com fins lucrativos e sociais e organizações não-governamentais (ONGs). Na sequência são apresentados desdobramentos recentes em ATHIS por parte de instituições públicas, como projetos de extensão universitária, a atuação da CODHAB/DF e do CAU/BR, bem como posicionamentos e reflexões de profissionais da área em congressos e eventos do tema.

A metodologia utilizada envolveu pesquisa bibliográfica sobre a produção da HIS e seu percurso histórico no Brasil, como contextualização para a análise de estudos de caso, visto que a temática requer conclusões baseadas em experiências práticas no mercado de trabalho. Os resultados evidenciaram que o trabalho de arquitetos que se dedicam à ATHIS fora da esfera pública ainda é bastante altruísta, visto que a maioria dos negócios sociais dependem fortemente de investimento externo para sua manutenção e enfrentam significativas dificuldades de gestão financeira.

O PERCURSO HISTÓRICO DA HIS NO BRASIL

Abordagens históricas evidenciam que o problema habitacional remonta a um processo de exclusão socioespacial e inadequação de soluções desde o período de colonização e exploração do território brasileiro (BONDUKI, 1998, 2008; SEVCENKO, 1998; CORREIA, 2004; GOUVEA, 2016). A situação agravou-se na medida em que a urbanização brasileira se efetivou, em particular com a transição de uma economia agrícola para a industrial, na qual as cidades assumiram papel relevante e primordial.

Ao longo do século XX, diferentes formas de atendimento à habitação foram implementadas por iniciativas institucionais ou pela autogestão, voltadas para faixas de renda distintas. Os programas públicos para as HIS promoviam o acesso a unidades habitacionais ou, em momentos específicos, a oferta de lotes urbanizados, muitas vezes exigindo reassentamentos ou regularização fundiária, quando implicava a ocupação irregular do solo urbano. Realizaram-se soluções

quantitativamente significativas, embora com alcance limitado em face das proporções da demanda.

Em anos recentes as ações caracterizaram-se, predominantemente, pela produção de empreendimentos em grande escala construídos na periferia das cidades. As soluções pautaram-se pela repetição de padrões urbanísticos e arquitetônicos, que desconsideraram as particularidades regionais e locais. O público-alvo é composto pelos excluídos do mercado formal da habitação, e a forma de atendimento adotada resulta no afastamento de famílias de seus núcleos sociais prévios e de vínculos de trabalho, sem a oferta de uma estrutura urbana e de serviços adequada às necessidades básicas.

Paralelamente, a prestação de assistência técnica apresentou-se como alternativa para a promoção do acesso à moradia digna, articulada a aspectos fundamentais da realização da vida das famílias: a preservação de laços sociais prévios; a permanência em vínculos de emprego e fontes de geração de renda; a promoção de soluções arquitetônicas viabilizando o acolhimento de necessidades e expectativas individuais.

A Assistência Técnica tem sua origem em 1976, com o Programa ATME (Assistência Técnica à Moradia Econômica), concebido pelo arquiteto Clóvis Ingelfritz e patrocinado pelo então Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio Grande do Sul (CREA/RS). Por meio desse programa, cerca de 700 famílias foram atendidas ao longo de quatro meses e obtiveram habitações salubres, funcionais e belas. “O objetivo não deve ser produzir apenas unidades habitacionais, mas sim produzir cidades através da habitação e não apesar dela”, afirma Clóvis Ingelfritz (2017).

A ATHIS tornou-se direito gratuito para famílias com renda de até três salários mínimos com a promulgação da Lei da Assistência Técnica (AT), nº 11.888, em 2008. O direito abrange todas as competências desenvolvidas por arquitetos e engenheiros para o desenvolvimento de projeto, edificação, reforma, ampliação e regularização fundiária da habitação. Contando com o apoio financeiro da União, os serviços podem ser prestados por: servidores públicos; integrantes de organizações não-governamentais (ONGs) sem fins lucrativos; profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia, ou em programas de extensão universitária; e profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas selecionadas pela União, Estado, Distrito Federal (DF), ou Município.

A lei garante a relação direta entre a população e os profissionais, e visa preencher as demandas não atendidas pelos demais programas habitacionais do governo, que, em sua maioria, focam na produção de novas unidades habitacionais. A Lei da AT procura resolver o problema de maneira mais direta e simples, por meio de reformas arquitetônicas pontuais para melhoria da habitação ou regularização de terrenos.

A prestação da ATHIS tem evidenciado diferenciais significativos na promoção do direito à moradia. A melhoria habitacional contribui para a redução

da vulnerabilidade da população que vive em condições precárias. São oferecidas condições de permanência no tecido urbano consolidado, com acesso à infraestrutura urbana adequada. Com essas ações observa-se redução da demanda por novas habitações que pressionam a expansão urbana. São aspectos que apontam para a necessidade de se refletir sobre a atuação de arquitetos e urbanistas em ATHIS, visando à diminuição da inadequação de domicílios no Brasil. Um caminho é a observação de experiências exitosas, assim como a identificação de obstáculos ao fortalecimento dessa linha de ação.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA ARQUITETURA

Josep Maria Montaner e Zaida Muxí, no livro “Arquitetura e Política” (2014), abordam conceitos pertinentes da arquitetura contemporânea, e da discussão acerca do papel social dos arquitetos e urbanistas. Criticam a glamourização de arquitetos que trabalham exclusivamente para fins comerciais e desconsideram importantes mudanças e problemas da sociedade atual. Para os autores, é função do arquiteto “não só denunciar o problema social, mas também reivindicar a necessária qualidade da moradia como objetivo da arquitetura” (MONTANER; MUXI, 2014, p. 179-180). Assim, a moradia é colocada como problemática central da discussão, e os arquitetos sugerem as soluções:

[...] movimentos sociais, mudanças na legislação estatal e autônoma, ajudas econômicas, controle de preço do solo e da moradia concluída, projetos arquitetônicos experimentais e modelares, melhoria tecnológica e aplicação de critérios de sustentabilidade, operações que apostem tanto na obra de planta nova como na reabilitação, flexibilidade nos tipos de posse e promoção tanto da compra como de diferentes modalidades de aluguel (MONTANER; MUXI, 2014, p. 179-180).

Diante da dominação da arquitetura tecnológica comercial dos arquitetos-estrela do final do século XX início do século XXI, surgem alternativas sociais que visam ampliar a atuação dos arquitetos e urbanistas no provimento das necessidades de uma população esquecida. Em 1999 surge a Architecture for Humanity (hoje Open Architecture Collaborative), uma ONG que trabalha de maneira sustentável, com seus próprios recursos arrecadados por meio de associações filantrópicas, em lugares carentes e de crise humanitária.

Além de associações desse tipo, existem arquitetos e arquitetas que se engajam em experiências cooperativas, por meio de assistência técnica a associações de moradores e a proposta de uma arquitetura socialmente responsável. “Trata-se de construir um novo pensamento que interprete que, por trás do mundo das formas, existem implicações sociais e éticas; cada posição formal remete a uma concepção do mundo, tempo e sujeito” (MONTANER; MUXI, 2014, p. 243).

Como exposto, é necessário que arquitetos e arquitetas trabalhem pela democratização da Arquitetura. Família de faixas de renda baixa, que vivem sem

residência ou em moradias inadequadas devem ter acesso ao serviço arquitetônico para que vivam em condições confortáveis e com dignidade. Uma luta contra o preconceito, contra as barreiras financeiras e culturais da nossa profissão com a moradia popular está sendo colocada em prática por muitos arquitetos e estudantes de Arquitetura. A seguir, serão exemplificadas algumas empresas com fins lucrativos e sociais no Brasil. Essas iniciativas visam preencher uma lacuna no mercado de trabalho de Arquitetura, que não atende uma parcela significativa da população, através de modelos de negócios sociais voltados para a prestação de assistência técnica a famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos).

O negócio social surge da insatisfação do modelo tradicional econômico que separa a fonte de provento do propósito social. Muhammad Yunus, laureado do Prêmio Nobel da Paz de 2006, fundou o Grameen Bank, o banco pioneiro em microcrédito como forma de desenvolvimento econômico e social para pobres. Yunus foi o criador do termo negócio social e o define como “negócios que visam à solução de um problema social, capazes de gerar receita para cobrir 100% de seus custos e que não permitem a distribuição de lucros para seus investidores”. A figura 1 mostra como esse modelo se apropria de traços de empresas tradicionais e organizações sem fins lucrativos:

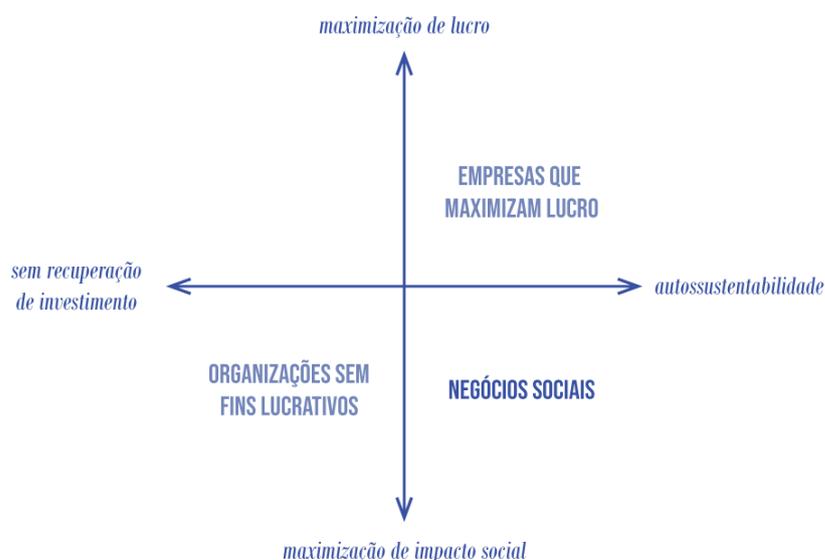


Figura 1: Negócios sociais

Fonte: Building Social Business Models, 2010, modificado pela autora.

Ao mesmo tempo que tentam atingir seu objetivo social, negócios sociais precisam recuperar seu custo para que sejam autossustentáveis. Além disso, diferentemente de uma organização sem fins lucrativos, em vez repassar o lucro para investidores, os excedentes gerados pelo negócio social são reinvestidos nele próprio e, portanto, repassado para o público alvo de beneficiários em forma de menores custos, melhor serviço ou maior acessibilidade. Como visa a autossustentabilidade, um negócio social só depende de seus investidores no início do desenvolvimento do projeto – a ideia é que o investimento inicial seja

utilizado para cobrir custos imediatos que o público alvo não tem condições de pagar à vista, e que, a longo prazo, o negócio “se pague” e gere excedentes para seu desenvolvimento (YUNUS; MOINGEON; LEHMAN-ORTEGA, 2010).

No mesmo contexto, a Artemisia, uma incubadora de negócios sociais no Brasil, define negócios sociais como “iniciativas economicamente rentáveis que através da sua atividade principal brindam soluções para problemas sociais e/ou ambientais, utilizando mecanismos de mercado” (NAIGERBORIN, 2010, p. 2). A empresa cita diferentes estratégias para o alcance do impacto social positivo:

1. incluir pessoas de baixa renda ou de populações marginalizadas na cadeia produtiva do negócio - como sócios, fornecedores, distribuidores, empregados, etc.
2. oferecer produtos e serviços - de qualidade e a preços acessíveis - que diretamente melhoram a qualidade de vida das pessoas mais pobres:
 - 2.1. porque atendem às suas necessidades básicas – em áreas como habitação, alimentação, saúde, acesso à água potável, saneamento, energia.
 - 2.2. ou porque abrem oportunidades de melhoria de sua situação socioeconômica – telefones celulares, computadores, serviços financeiros, jurídicos, seguros, etc.
3. oferecer produtos e serviços que contribuem indiretamente para o aumento de renda de pessoas mais pobres, porque melhoram sua produtividade, – acesso a crédito produtivo, venda de tecnologias e equipamentos de baixo custo, etc. (NAIGERBORIN, 2010, p. 4)

Visando aos objetivos da pesquisa, elencou-se treze negócios sociais voltados para a melhoria da situação habitacional ou urbana no Brasil. São eles: AH! Arquitetura Humana (RS), Arquitetas Nômades (MG), Arquitetos da Felicidade (RJ), Arquitetura do Barreto (BA), ATOS Colaborativos (MG), Canteiros Coletivos (BA), COMVIVA Arquitetura e Urbanismo (SP), Favelar (RJ), Inova Urbis (RJ e SP), Moradigna (SP), Programa Vivenda (SP), Terra e Tuma (SP) e UNOPS (DF). Em 2018, foi enviado um questionário para que os escritórios respondessem algumas questões sobre a administração e o funcionamento da empresa – sete escritórios participaram dessa etapa da pesquisa.

Os negócios sociais em arquitetura e urbanismo elencados podem ser separados em três grupos. O Grupo A é composto por escritórios cujo meio de realização de projetos é através da contratação direta por pessoas físicas. Essas empresas trabalham principalmente com reformas habitacionais que possam ser executadas em poucos dias, voltadas para famílias que têm renda familiar mensal de até três salários mínimos. As empresas contam com parcerias com empresas fornecedoras de materiais de construção e investimentos externos de organizações filantrópicas ou aceleradoras sociais. Além disso, essas iniciativas possibilitam que os clientes financiem o pagamento da obra, o que facilita o acesso do público alvo ao serviço oferecido. Desse primeiro grupo, quatro

escritórios responderam ao questionário: Arquitetas Nômades, Arquitetura do Barreto, Favelar e Moradigna.

Arquitetas Nômades é uma iniciativa que nasceu em 2017 em São João Del Rei/MG. Ainda em 2017, o escritório passou por uma reestruturação interna para adequar-se às necessidades reais do público alvo – famílias da faixa de renda C – durante a participação no evento Social Good Lab Brasil. Essa atividade permitiu que as duas arquitetas fundadoras colocassem em prática a metodologia do escritório, assim como pensassem mais a fundo sobre o real problema que elas visavam solucionar. Em outubro do mesmo ano, realizou-se a primeira obra do escritório – a reforma de um banheiro para uma família com renda mensal de R\$1.800,00. O valor da reforma totalizou R\$1.600,00, que foi dividido em dez parcelas mensais para possibilitar o pagamento pela família.

O grupo se responsabiliza pelos serviços de projeto, execução, contratação de mão de obra e compra de materiais. Em seu estágio inicial, a Arquitetas Nômades trabalhava apenas com voluntários, mas começou a captar recursos externos através de uma campanha virtual de financiamento coletivo para possibilitar a realização de obras. Por meio dessa estratégia, a empresa garante o capital de giro para iniciar as reformas, pois como os clientes pagam parceladamente, o dinheiro demora a retornar para a empresa - de acordo com Yunus (2010), essa realidade é esperada entre os estágios iniciais de negócios sociais.

Com os recursos em mãos, as arquitetas dão início ao processo projetual: a primeira fase consiste na triagem de residências de um bairro através de uma associação com uma ONG local. Desse modo, as profissionais enfrentam menos barreiras para a escolha das famílias beneficiadas. Geralmente, essa primeira etapa dura 1 semana. O projeto e a obra são entregues em até duas semanas depois disso, a depender da arrecadação de materiais para a construção. O projeto executivo só é iniciado após a definição dos materiais. As arquitetas definem a maior dificuldade como a arrecadação de recursos financeiros para possibilitar o financiamento das obras.

A Arquitetura do Barreto consolidou-se em 2015 e é conhecida por oferecer projetos de arquitetura que “cabem no bolso” dos seus clientes. O arquiteto Márcio Barreto desenvolveu um método de consultoria diferenciado para pessoas de renda baixa, em que cria o projeto junto com o cliente na residência do beneficiado. O arquiteto frisa a importância de vender ideias que sejam possíveis de serem implementadas de acordo com o poder aquisitivo de cada um, para que o projeto “saia do papel”. O escritório presta os seguintes serviços: projetos residenciais arquitetônicos e de interiores, criação de móveis, orçamento e acompanhamento de obras. O valor do projeto é calculado com base na necessidade de cada cliente, são oferecidos: maquete 3D, desenhos técnicos, visitas a lojas, acompanhamento da obra, entre outros.

A Favelar é uma empresa carioca que atua desde 2015 no mercado, quando seus fundadores participaram da Maratona de Negócios Sociais promovida pelo Sebrae. A empresa presta serviços de assistência técnica em

Engenharia Civil e Arquitetura, e é composta por quatro membros de maneira horizontal – “todo colaborador é dono do negócio”. A empresa possui a meta de realizar 200 projetos a cada ano, cujos prazos variam entre 15 e 30 dias desde a contratação até a etapa de obra.

O Moradigna é um negócio social que busca combater as milhões de moradias insalubres e inadequadas para habitação no Brasil. A empresa foi criada em 2014 e é regida por três sócios, sendo um engenheiro civil, uma arquiteta e um contador. O restante da equipe técnica é composta por engenheiros civis, supervisores de obra, orçamentista, atendente, estagiário, estoquista e motorista. Desde 2015, o Moradigna recebe investimento da Yunus Negócios Sociais.

O escritório, apesar de normalmente cobrar pelos seus projetos, oferece reformas patrocinadas para famílias de baixíssima renda, realizadas por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas. O valor de cobrança é calculado por meio de uma cotação para cada projeto, que leva em consideração: parâmetro de rendimento para cada material, metragem quadrada, características de acabamento, custo de material, mão de obra para cada escopo desejado pelo cliente (quantidade de dias que será necessário para a obra de acordo com experiência) – tudo isso multiplicado pela taxa de operações.

Os clientes chegam ao escritório através de indicação de clientes, panfletos impressos, presença do escritório em mídias sociais e mídia espontânea como, por exemplo, a participação do Moradigna no programa “Altas Horas”, da Rede Globo e a presença do grupo no reality show “Shark Tank Brasil”. Após a assinatura do contrato e o depósito do valor de entrada pelo cliente, a obra inicia em até 10 dias úteis e dura, em média, 5 dias.

Quanto à quantidade de projetos realizados por ano, uma parceria com o Instituto Phi, uma associação filantrópica que gerencia doadores e projetos sociais, financia a realização de 70 obras patrocinadas anuais, e o Moradigna busca atingir a mesma quantidade de reformas pagas, totalizando 140 casas reformadas anualmente. Quanto às dificuldades, o maior problema, mais uma vez, é financeiro. Em 2017 o Moradigna sofreu um prejuízo de cerca de 200 mil reais por causa da inadimplência de 20% dos clientes – isso se deu pois o escritório não fazia análise de crédito dos clientes e financiou as obras por conta própria. Então, firmaram parceria com um banco de microcrédito que, ao passo que resolveu o problema da inadimplência, dificultou o acesso da população ao serviço. No último ano, a empresa faturou quase um milhão de reais, sendo a margem de lucro menor que 10% (ainda sem descontar as dívidas da Yunus Negócios Sociais e do Shark Tank Brasil).

O segundo grupo de negócios sociais é formado por empresas que investem na participação em editais de licitação pública e concursos de arquitetura como forma de captação de projetos. A AH! Arquitetura Humana, a COMVIVA e a Terra e Tuma participam regularmente dos editais do Programa Minha Casa Minha Vida. Assim, os recursos para manutenção do escritório vêm principalmente de parcerias com o governo. A UNOPS (United Nations Office for

Project Services) é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que trabalha por meio de parcerias público-privadas com governos municipais, estaduais e nacionais em todo o mundo – no Brasil, a UNOPS possui sede no Rio de Janeiro e em Brasília. Em sua maioria, esses escritórios trabalham com uma equipe fixa reduzida e realizam parcerias com outros profissionais de acordo com a demanda de projetos. Os escritórios do Grupo B, portanto, são responsáveis por projetos de maior porte, como projetos de unidades e complexos habitacionais inteiros, enquanto o Grupo A possui o foco em reformas pontuais.

O escritório AH! Arquitetura Humana, do Rio Grande do Sul, existe desde 2011, e atua na cidade de Porto Alegre/RS. É composto pelos quatro arquitetos que o fundaram sob a crença “na apropriação humana do espaço como fator fundamental para que o território cumpra o seu papel de trocas socioculturais e de afirmação da identidade local” (2018). O AH oferece serviços de projetos arquitetônicos e urbanísticos, atuando também no fomento e implementação de políticas públicas sob o tema do direito à moradia e à cidade. Os projetos são contratados por pessoas físicas ou jurídicas, e os recursos podem ser advindos de instituições como o CAU e a Caixa Econômica Federal (como é o caso dos projetos para o Programa Minha Casa Minha Vida) ou por meio da contratação direta do escritório. O valor de cobrança dos projetos é baseado na tabela de honorários do CAU/BR.

O relacionamento da AH com associações de moradores e comunidades permite que os projetos sejam desenvolvidos com a participação ativa dos clientes, o que acarreta em prazos estendidos. O trabalho em parceria com órgãos federais muitas vezes prejudica o cumprimento de um cronograma pré-estabelecido, portanto os projetos não possuem padrão de etapa nem de prazo.

O último grupo de negócios sociais, o Grupo C, é constituído por dois escritórios cujos serviços são baseados na realização de oficinas técnicas, abertas ao público, para a execução das obras. A ATOS Colaborativos oferece oficinas para a execução de reformas habitacionais populares, enquanto a Canteiros Coletivos organiza mutirões para a recuperação de espaços públicos degradados. Ambas as iniciativas responderam ao questionário da pesquisa.

A ATOS surgiu juntamente com o escritório Arquitetas Nômades, no evento da Social Good Brasil Lab em 2017, como forma de combater a elitização dos profissionais de Arquitetura. A empresa realiza projetos arquitetônicos, planejamento e execução de obras, capacitação de mão de obra e oficinas de “mão na massa”. Caracteriza-se como um projeto colaborativo, em que a fundadora é responsável pela seleção das famílias beneficiadas, busca de parcerias e gerenciamento dos projetos. As oficinas práticas voltadas para alunos e recém formados são pagas para cobrir os custos dos materiais de construção e pagar a mão de obra. Em 2018, a iniciativa ainda contava, em sua maior parte, com recursos advindos de doações.

O atendimento é destinado às famílias que possuem renda mensal de até dois salários mínimos, que chegam ao escritório através da indicação de outros

projetos sociais parceiros, e os clientes não pagam pelas reformas, ao passo que se comprometem em auxiliar o desenvolvimento da obra e garantem a alimentação dos membros dos mutirões de construção. A meta é atingir a realização de oficinas mensais, sendo 12 famílias beneficiadas por ano. A maior dificuldade é, ainda, a arrecadação de recursos para possibilitar a contratação de colaboradores.

A Canteiros Coletivos inaugurou em 2012 como uma organização sem fins lucrativos que estava em transição para um negócio de impacto socioambiental em 2018. A iniciativa realiza ações de transformação de espaços livres públicos por meio do plantio de vegetação e integração com a arte. A equipe conta com dois colaboradores – que separam as funções de forma horizontal – e um grupo de voluntários para as ações sociais composto por até 10 pessoas. Os recursos para a manutenção da empresa são arrecadados por meio de doações e pelos clientes, que pagam a empresa a depender da quantidade de tempo dedicada à ação social e pelo número de pessoas envolvidas.

A empresa coloca sua maior problemática como a capacidade de se impor no mercado. Muitas vezes, a equipe tem dificuldade de demonstrar expertise no serviço executado, embora as ações já realizadas possuam retorno satisfatório dos clientes. A Canteiros Coletivos se orgulha de realizar projetos em parcerias com outras iniciativas sociais, como o escritório modelo Curiar, da Universidade Federal da Bahia, com quem executou o conserto de uma escadaria na comunidade Gantois em Salvador.

Além dos resultados obtidos com os negócios sociais, a pesquisa também se dedicou a investigar e enviar o questionário a ONGs de Arquitetura e Urbanismo. Ao passo que essas iniciativas não possuem fins lucrativos, também enfrentam dificuldades na prestação dos serviços a população de baixa renda que apresentam relevância para a pesquisa.

As Organizações-Não-Governamentais (ONGs) caracterizam-se por entidades privadas sem fins lucrativos, que realizam ações sociais para um público determinado. Essas associações atuam na esfera pública – ofertam serviços sociais de caráter assistencial – ao passo que não são vinculadas ao governo, portanto são privados. Como citado anteriormente, elas diferenciam-se de negócios sociais pois não são autossustentáveis – vivem de doações e investimentos externos, e todo o lucro gerado é repassado para seus investidores. ONGs podem ter abrangência local, estadual, nacional e internacional.

Para a pesquisa foram elencadas três ONGs internacionais que atuam ou atuaram recentemente no Brasil: Arquitetos sem Fronteiras, Habitat para a Humanidade (da Organização das Nações Unidas) e a Open Architecture Collaborative (antiga Architecture for Humanity) – que não atua mais no Brasil. As três organizações trabalham de maneira similar, sendo financiadas por associações filantrópicas externas, como a Brazilfoundation que media as doações entre pessoas físicas e jurídicas e a ONG Arquitetos sem Fronteiras.

A Architecture for Humanity atua desde 1999, quando lançou um concurso de arquitetura para casas temporárias destinadas aos refugiados da Guerra do Kosovo, e atua por meio da doação de projetos de arquitetura, leva arquitetos para morarem nos locais que receberão os projetos e financia as construções deles. A ONG fechou as portas em janeiro de 2015, alguns de seus colaboradores a reabriram sob o nome de Open Architecture Collaborative e não atuou mais no Brasil. A Habitat para a Humanidade e Arquitetos sem Fronteiras atuam de forma direta nas comunidades, organizam mutirões cooperativos para a construção ou reforma de equipamentos e residências e mantêm acompanhamento com as famílias que receberam projetos. Essas associações globais trabalham com comunidades de cidades periféricas e ocupações urbanas com o objetivo de erradicar o déficit habitacional e as habitações inadequadas.

Além das ONGs internacionais, foram listadas organizações nacionais de menor abrangência, mas que contribuem significativamente com a formação de uma sociedade mais justa. São elas: A Gente Transforma (PI), Arquitetura na Periferia (MG), Peabiru (SC), ReparAção (SP) e Soluções Urbanas (RJ).

A ONG A Gente Transforma foi fundada em 2016 pelo designer Marcelo Rosenbaum, conhecido nacionalmente pela participação em programas de televisão de reformas populares como o “GNT Decora” do Canal GNT e o quadro “Lar Doce Lar” do então programa “Caldeirão do Huck”, da Rede Globo. O designer decidiu dedicar-se integralmente à democratização do design. O grupo, atuante em todo o território nacional, insere-se em comunidades marginalizadas como forma de vivenciar a perspectiva do outro. Assim, provocam e despertam os principais problemas e potencialidades de cada local, para então elaborar uma proposta e realizar a transformação. A iniciativa atua com design, arquitetura, decoração e conteúdo, portanto, seu produto nem sempre é uma obra executada – varia desde campanhas publicitárias a design de produtos e construções arquitetônicas.

ReparAção é uma ONG paulista que atua desde 2013, sendo sustentada por parcerias privadas e doações de pessoas físicas e jurídicas. Promove reformas habitacionais de baixo custo em até três dias que são executadas pela sua rede de cerca de 80 voluntários.

A ONG carioca Soluções Urbanas existe desde 2002 e possui uma equipe interdisciplinar que promove projetos de planejamento urbano, habitação e desenvolvimento sustentável. A Soluções Urbanas é bastante presente nas mídias sociais, por meio das quais promove campanhas de financiamento coletivo e divulga seu trabalho. Além disso, possui patrocínio do CAU/RJ para a realização de suas atividades ligadas à assistência técnica (o CAU/RJ destina parte de seus recursos para o cumprimento da Lei da Assistência Técnica).

Um dos principais projetos da Soluções Urbanas é o “Arquiteto de família”, criado em 2008 pelas arquitetas Priscila Silva Nogueira e Silke Kapp, como forma de cumprimento da Lei da AT no Morro Vital Brazil em Niterói, no Rio de Janeiro. É executado por meio de um acordo de cooperação técnico-científico com o

Instituto Vital Brazil e possui estratégias diferenciadas para permitir que o projeto alcance a uma maior variedade de famílias. Assim como outras ONGs, providencia o microcrédito habitacional para providenciar a compra dos materiais e remunerar a mão de obra, oferece subsídios parciais ou integrais para permitir a execução de obras de maneira ágil, organiza mutirões e empreitadas de construção, e oferece orientação técnica para autoconstruções.

Uma estratégia diferenciada é a “Feira de Trocas Solidárias”, que, à época, era realizada bimensalmente para facilitar a aquisição de materiais de construção – as famílias recebem uma moeda social local em troca de embalagens Tetrapack e, com ela, podem adquirir materiais doados. Essas embalagens são recolhidas, recicladas e transformadas em telhas ecológicas que podem ser adquiridas na feira. Desse modo, a iniciativa promove o uso consciente e sustentável de materiais.

A Arquitetura na Periferia existe desde 2013 em Minas Gerais. A ONG é vinculada à Arquitetos sem Fronteiras desde 2016, que a apoia por meio da Brazilfoundation – organização pioneira na filantropia brasileira que oferece aconselhamento estratégico, doações e conexões com outros profissionais de atividades sociais às associações apoiadas. A Arquitetura na Periferia atua com assistência técnica em projetos e obras de arquitetura para grupos de mulheres de baixa renda. O diferencial da ONG está no fato de que trabalha exclusivamente com mulheres, desde a composição dos membros às clientes beneficiadas.

A associação foi idealizada pela arquiteta Carina Guedes de Mendonça, então mestranda da Universidade Federal de Minas Gerais – o projeto Arquitetura na Periferia partiu de experimentações da sua tese de mestrado sob o nome “Arquitetura na periferia: Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres”. Carina explica que a opção por trabalhar com grupos partiu dos trabalhos de Muhammad Yunus – segundo ele, “o indivíduo isolado tem tendência a ser imprevisível e indeciso. Num grupo ele se beneficia do apoio e do estímulo de todos e, com isso, seu comportamento se torna mais regular” (YUNUS, 1997, p.135). Além disso, o planejamento em grupo possibilita a redução dos gastos na obra.

A escolha de trabalhar apenas com mulheres se deu por conta do entendimento da autora de que isso “facilitaria o relacionamento e a criação de laços de confiança” (MENDONÇA, 2014, p. 42), assim como, mais uma vez, por inspiração de Yunus (1997), que defendia que mulheres tendem a ser mais comprometidas com o bem estar familiar que homens.

A Ocupação Dandara em Belo Horizonte foi a escolhida para o desenvolvimento do trabalho durante o mestrado da fundadora. O assentamento demonstrava certa organização e consciência política quanto à luta por moradia e, por isso, a arquiteta entendeu que estariam “abertos a novas formas de buscar alguma melhoria social” (MENDONÇA, 2014, p. 44). Por ser uma experimentação, Carina optou por oferecer um financiamento vinculado, sem nenhum custo adicional para as participantes. Em sua tese, a autora destrincha

seu roteiro de trabalho, dividido em diversas fases: captação de mulheres interessadas; encontros em que as ensinava sobre levantamento arquitetônico, desenho técnico e medidas em geral; discussão projetual; visita a fornecedores de materiais de construção e a obra das casas em si. Ao final, o processo reformou as casas de três chefes de família (Adriana, Ana Paula e Luciana), além de capacitar as mulheres a executarem procedimentos de construção civil, estabelecerem um nível de crítica em relação às residências e, principalmente, estimular a autonomia das moradoras, que ao final do processo sentiam-se mais autoconfiantes para realizar outras tarefas independentemente.

A experiência conduzida durante essa pesquisa demonstra uma forma alternativa de atuação do arquiteto pautada pelo compartilhamento de informações, em vez da convencional oferta de um produto – o projeto. Possibilitar que pessoas privadas de todo o tipo de informação acessem um conhecimento normalmente negado a elas permite não apenas que descubram novas opções para a construção do seu espaço, mas também promove um sentimento de autoconfiança que as motiva à realização dos seus desejos (MENDONÇA, 2014, p. 82).

A Arquitetura na Periferia foi uma das ONGs que respondeu ao questionário enviado em 2018. Por meio de suas respostas, é possível perceber que a experimentação de Carina atingiu seu propósito de ampliar a atuação dos arquitetos e arquitetas para a sociedade em geral – anualmente a Arquitetura na Periferia desenvolve seu processo com dois grupos de cinco mulheres cada.

A iniciativa possui duas motivações principais: “fortalecer a presença da mulher na construção civil e nas decisões sobre o lar, assim como levar o serviço da arquitetura para a periferia.” Atualmente é composta por 6 integrantes, sendo 3 arquitetas, duas estagiárias e uma agente local que trabalham de forma horizontal. O grupo se mantém ativo por meio de editais, venda de produtos e doações, embora encontre certa dificuldade na arrecadação de verba – as clientes não pagam pelos projetos e chegam à ONG por meio da indicação de participantes anteriores. O projeto se desenvolve de maneira gradual, com cerca de 4 meses de planejamento, nos quais são realizados encontros semanais. A etapa de obras dura, em média, três meses e são executadas pelas participantes e demais voluntárias do projeto.

A ONG Peabiru foi fundada em 1993, sendo uma das participantes dos programas de mutirões autogeridos promovidos pela prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992. Atualmente trabalha em Santa Catarina, com projetos em escala local e regional, buscando a interdisciplinaridade, a troca de saberes e a atuação na luta pela moradia digna. A ONG sustenta-se por meio de parcerias com empresas privadas, organizações e instituições públicas e divide-se em 3 programas institucionais: produção do espaço (em que desenvolve planos e obras de HIS e estudos urbanos), pesquisa e política voltada à habitação social. A abordagem para chegar às comunidades muitas vezes se dá por meio da participação em concursos públicos de projetos de interesse social, ou pela contratação da associação por movimentos sociais e prefeituras. A ONG também respondeu ao questionário enviado para o desenvolvimento da pesquisa.

A atuação da Peabiru é no campo do direito à cidade e à moradia digna: desenvolvem projetos de habitação social, urbanização de favelas, pesquisa relacionada a esse tema, incidência em políticas públicas e assessoria direta a movimentos sociais urbanos. Em 2018 era composta por 10 arquitetos e arquitetas, um engenheiro, um sociólogo e três estagiários de arquitetura; esses são divididos entre voluntários e membros, os quais desenvolvem tarefas administrativas, políticas e prospecção de projetos além do trabalho técnico.

A instituição sustenta-se financeiramente por meio de programas públicos urbanos e habitacionais e, por vezes, pelo pagamento das próprias famílias beneficiadas – cobranças que são feitas baseadas em hora técnica. A ONG chega a seus clientes por meio de associações com a Universidade, outras ONGs, movimentos sociais e pela presença em redes sociais. A Peabiru possui uma carta de serviços bastante variada, que depende bastante da conjuntura política vigente e da mobilização de diversos movimentos sociais. Isso faz com que os projetos sejam, em sua maioria, únicos, e tenham durações variadas, desde 02 a 14 anos. Mais uma vez, uma das principais adversidades encontradas no trabalho é financeiro. A Peabiru coloca o problema majoritário como a demora do poder público de repassar o pagamento e que, por vezes, a ONG fica grandes períodos sem receber, havendo a necessidade de se ter em andamento vários trabalhos simultâneos.

DESDOBRAMENTOS EM ATHIS POR PARTE DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), durante o 27º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2021RIO) lançou o “Manifesto do Conselho de Arquitetura do Brasil em defesa de moradia digna para todos – Um projeto para o CAU e para o Brasil”. No manifesto, divulgado em formato audiovisual, o CAU reforça a necessidade e seu compromisso na luta pela efetiva implementação da Lei 11.888, a Lei da Assistência Técnica. Para isso, defende que a ATHIS seja transformada em Política de Estado, como o SUS e a Defensoria Pública, para garantir o pleno acesso desse serviço a quem precisa. O manifesto alinha-se com a motivação da presente pesquisa, pois questiona o foco da política habitacional brasileira ser majoritariamente na produção de novas unidades e reforça a necessidade de “melhorar a qualidade de 25 milhões de moradias no Brasil, (...) com carências de estrutura e conforto diversas”.

O CAU/BR enfatiza a necessidade de maior posicionamento da classe de arquitetos na luta pelo direito à moradia, e assume compromissos para possibilitar e estimular a implementação da Lei 11.888 como política de Estado:

- 1- Valorizar e tornar mais conhecida a Arquitetura e Urbanismo, sensibilizando a população da necessidade dos arquitetos para a melhoria da qualidade de vida.

- 2- Utilizar todos os esforços para transformar a ATHIS em Política de Estado, da mesma forma que o SUS e a Defensoria Pública

3- Ajudar na produção de instrumentos, como materiais informativos sobre ATHIS, para as Prefeituras e Estados implementarem a lei.

4- Assessorar a Defensoria Pública na formulação da defesa jurídica para aqueles que não tiverem acesso à moradia por meio de políticas públicas.

5- Financiar novos projetos-pilotos de ATHIS em todo país por meio de novos editais de patrocínio.

6- Fomentar o conhecimento da ATHIS nas faculdades e universidades, com atividades de pesquisa, extensão e residência ATHIS, estimulando a formação de alunos com foco na lei. (Manifesto do CAU/BR em defesa de moradia digna para todos – Um projeto para o CAU e para o Brasil, 2021).

Além de assumir compromissos próprios, o CAU também destaca a necessidade da atuação conjunta de agentes da esfera pública, bem como defende a inserção de mais arquitetos no mercado de trabalho de ATHIS:

Para que a ATHIS seja uma realidade em todos os cantos do Brasil é preciso o esforço de vários agentes:

– Prefeituras, Estados e Distrito Federal que devem cumprir a Constituição implementando a lei de ATHIS.

– A Defensoria Pública que deve auxiliar juridicamente àqueles que não tiverem acesso à moradia.

– A comunidade, por meio da sociedade organizada e dos movimentos sociais – que deve se unir e buscar seus direitos.

– O Poder Judiciário, garantindo a efetividade dos direitos sociais de todas e todos

– Os arquitetos e urbanistas que devem trabalhar em projetos que envolvem a ATHIS, ampliando seu campo de atuação profissional. (Manifesto do CAU/BR em defesa de moradia digna para todos – Um projeto para o CAU e para o Brasil, 2021).

Desde 2018, os CAU/UF reservam 2% de seu orçamento para estimular ações de ATHIS no Brasil. Esse investimento tem possibilitado a realização de eventos, editais de patrocínio de projetos de ATHIS, concursos de projeto, ações de capacitação em ATHIS para arquitetos e produção de material informativo sobre o tema. Algumas iniciativas se destacam, como o Programa Melhorias Habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (CODHAB/DF), que realiza projetos e obras de reforma para famílias em vulnerabilidade social. Desde 2019, o programa firma acordos de cooperação técnica (ACT) com universidades do DF para ampliar a atuação da assistência técnica e inserir alunos de Arquitetura e Urbanismo nesse contexto. Um dos ACTs foi firmado entre a CODHAB e o projeto de extensão ATHOS (Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social), da Universidade de Brasília. Supervisionados por professores e assistente social, os alunos participantes do projeto realizaram entrevistas com as famílias selecionadas pela CODHAB, para realizar levantamento técnico, projeto e orçamento de reforma das moradias.

Com verba da CODHAB para assegurar a realização das reformas, não houve dificuldade financeira.

Outra iniciativa foi a Jornada de Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social do Distrito Federal (JATHIS), realizada pelo CAU/DF e entidades de classe, em parceria com a CODHAB e as instituições de ensino superior em Arquitetura e Urbanismo do DF. O evento teve três edições anuais desde 2017, sendo interrompido em 2020 pela pandemia de Covid-19. A Jornada contou com palestras e oficinas sobre o tema da ATHIS, promoveu a inserção de estudantes no Programa Melhorias Habitacionais da CODHAB e ofereceu capacitação em ATHIS para arquitetos.

Em evento de lançamento do novo programa “Nenhuma casa sem banheiro” da CODHAB e CAU/DF, a Coordenadora do Programa de ATHIS Sandra Marinho reforça que a função social do arquiteto vai além da ação comercial, e deve fortalecer a política pública, através do trabalho conjunto de arquitetos, engenheiros e assistentes sociais. O programa originou-se em Lajeado, no Rio Grande do Sul, por meio da parceria do CAU/RS com a prefeitura local. Segundo Holzmann, o programa “rompeu a inércia do CAU, que somente organizava eventos [sobre ATHIS]”.

Outros órgãos representativos da classe de arquitetos também se engajam na promoção da ATHIS: em 2012 o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) lançou um Manual para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita, em que apresenta sugestões e diretrizes para a execução da Lei da Assistência Técnica. Alinhado a esse tema, em 2014 foi publicado o livro “Assistência Técnica e Direito à Cidade” pela Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) em parceria com o CAU/RJ. A publicação foi resultado de uma Oficina sobre Assistência Técnica e Direito à Cidade que reuniu 28 palestrantes ao longo de 12 dias. Entre eles, a arquiteta Silke Kapp, que compartilhou suas perspectivas sobre as experiências práticas de ATHIS.

Kapp (2014) discorre sobre os quatro principais agentes inseridos no contexto da assistência técnica: os movimentos sociais, o capital (construtoras, proprietários fundiários, bancos), o Estado e os técnicos (arquitetos, engenheiros, juristas, etc.). A arquiteta reconhece embates e dificuldades evidentes dentro da política habitacional devido às diferentes prioridades de cada grupo:

Para os movimentos, as prioridades são o tempo e a boa condição doméstica e urbana de moradia na vida cotidiana (...) Para os capitais, a prioridade obviamente é o lucro. Para o Estado, as prioridades são o controle burocrático e os recursos políticos que o processo oferece via discursos e imagens. (...) Para as assessorias, a prioridade é a sobrevivência profissional pela remuneração e, mais ainda, pela qualidade do resultado (...) (KAPP, 2014, p. 119-120).

Em seguida, a autora foca nas dificuldades reconhecidas pela classe de arquitetos dentro do trabalho com ATHIS, devido principalmente à diferença cultural entre os profissionais e as famílias beneficiadas pelos projetos. Dificuldades como a falta de comunicação, o não entendimento do projeto

proposto, a dificuldade das famílias em expressarem suas vontades e gostos, entre outras, estão presentes no projeto de HIS. Essas particularidades são inexistentes quando arquitetos projetam para pessoas do seu próprio grupo social (KAPP, 2014).

Como visto anteriormente, existem vários exemplos de negócios sociais e ONGs, além da esfera pública, que atuam no mercado de trabalho de ATHIS, entretanto, enfrentam problemas financeiros. A esse respeito, o arquiteto Caio Santo Amore, em evento do congresso mundial da UIA2021RIO sob o tema “ATHIS na Universidade/Extensão: caminhos trilhados e novas perspectivas”, julga “perigosa” a associação da ATHIS a um nicho de trabalho profissional. O professor da FAU/USP se posiciona contrário à interpretação da Lei da Assistência Técnica que permite o empreendedorismo individual nessa área, pois, segundo ele, espaços populares precários não devem ser vistos como oportunidades de negócio. O arquiteto continua defendendo que as matrizes de criação da ATHIS na década de 70 nunca estiveram pautadas pela ampliação do campo de trabalho de arquitetos, e sim sempre vinculada a ação pública e política. Segundo Amore (2021), arquitetos devem trabalhar com ATHIS pois “(...) não tem outra escolha, não por escolha de mercado, mas pelo país que queremos construir, a sociedade que queremos construir.”

Com base no exposto, é possível visualizar uma evolução nos debates e ações no âmbito da ATHIS e no fortalecimento da função social do arquiteto e urbanista. O projeto para HIS envolve vários agentes e deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, alinhada aos interesses públicos.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa se amparou na observação da desproporcional e escassa contratação de arquitetos pela sociedade brasileira. A pesquisa realizada em 2015 pelo CAU/BR em parceria com o Instituto Datafolha evidenciou que as principais razões para a não-contratação de arquitetos são motivos financeiros ou questões culturais – o vício da falta de planejamento. A solução para esse problema pode envolver o posicionamento dos arquitetos perante essa irregularidade.

Procurou-se evidenciar a importância da atuação de arquitetos e arquitetas para o atendimento às famílias das faixas de renda mais baixas, oferecendo exemplos práticos de como isso pode ser desenvolvido na carreira dos profissionais. Desde a dedicação exclusiva a essa clientela, perpassando iniciativas pontuais de aproximação com a arquitetura popular como a participação em concursos para habitação social, projetos Pro Bono e ações sociais de construção voluntária. Importante destacar que a discussão acerca do papel social do arquiteto durante a vida acadêmica favorece a formação de um profissional atento à realidade de seu país, o que fomenta a transformação do mercado de trabalho.

Escritórios de arquitetura que trabalham exclusivamente com arquitetura de luxo representam uma preocupação no sentido de ignorar significativa parcela da população brasileira, que, como visto, não é atendida por esses serviços. Seja por motivos financeiros, ou pelo não-conhecimento do profissional, mais de 20% dos brasileiros vive em condições inadequadas ou insuficientes de moradia. É dever do arquiteto trabalhar para toda a população, visando quebrar as barreiras que separam a classe de arquitetos da HIS.

Nesse sentido, o CAU/BR tem promovido campanhas de incentivo à arquitetura social como a divulgação de projetos de habitação social de diversas iniciativas, como escritórios, ONGs e projetos de ação solidária ligados a universidades, bem como a divulgação de editais para financiamento de projetos de ATHIS e produção de cartilhas de orientação para arquitetos, a população e o poder público.

A assistência técnica deve ser oferecida de forma pública e gratuita para as famílias com renda de até 3 salários mínimos, de acordo com a Lei nº 11.888. São poucas as iniciativas que visam o cumprimento da lei, mas há experiências de sucesso passíveis de serem replicados nacionalmente: os postos de assistência técnica da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB); o projeto Arquiteto de Família em Niterói/RJ da ONG Soluções Urbanas; o Projeto de Pós Graduação em Assistência Técnica em Arquitetura e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em parceria com o CAU/BR, os CAU/UF tem se destacado na organização de eventos voltados a essa temática.

O “problema social” da arquitetura está sendo visto pelo Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil como uma “oportunidade profissional”, e iniciativas como as supracitadas devem ser incentivadas. Diante disso, seria possível a implementação de mais políticas de incentivo à atuação de arquitetos nesse nicho, como, por exemplo, isenções fiscais a profissionais que se dedicam ao trabalho social, programas de incentivo à utilização e pesquisa de softwares livres para modelagem, incentivo fiscal para a compra de equipamento de trabalho como computadores, softwares e materiais de construção, entre outros.

Além da esfera pública, por meio da pesquisa é possível identificar diversas possibilidades de atuação voltadas para a democratização da arquitetura no setor privado. Iniciativas como os negócios sociais apresentados representam uma nova geração de arquitetos engajados socialmente que atuam no mercado de trabalho. Por meio de parcerias com empresas especializadas facilitam o acesso de famílias de renda baixa ao serviço do arquiteto. Estratégias como a flexibilização dos métodos de pagamento, o parcelamento dos custos do serviço, o acesso ao microcrédito, a organização de mutirões de construção, contratação de mão-de-obra local e a criação de projetos personalizados em conjunto com os clientes tornam o serviço mais acessível a essas famílias.

Os estudos realizados evidenciaram que a contribuição de arquitetos e arquitetas para as famílias de renda baixa ainda é bastante limitada. Na maior parte das vezes a produção voltada para a HIS restringe-se a altruísmo e “ação

social” dos profissionais, visto que a atuação dos arquitetos na iniciativa privada depende de doações de terceiros e do pagamento dos projetos e obras pelas famílias, o que deveria ser gratuito e financiado pelo Estado, como diz a Lei 11.888 e a Constituição Federal. Somente por meio da conscientização, da crítica, da maior atuação do Estado e de mais arquitetos trabalhando para esse público é que será possível a ampliação da contribuição para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Fapesp, 1998.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2010.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. **Lei da Assistência Técnica**. Disponível em: <http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2012/08/Lei-11888_2008_Assistencia-tecnica.pdf> Acesso em: 20 de março de 2018. BRASIL. Decreto-lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Sistema Nacional de Habitação – SNHIS/ FNHIS. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm> Acesso em: 30 mar 2018.

CAU/BR. **CAU Brasil lança “Manifesto em defesa da moradia digna para todos” no UIA2021RIO**. Disponível em: <<https://caubr.gov.br/cau-brasil-lanca-manifesto-em-defesa-da-moradia-digna-para-todos-no-uia2021rio/>>. Acesso em: 04 dez 2021.

CORREIA, T. D. B. **A construção do habitat moderno no Brasil - 1870-1950**. São Paulo: RiMa, 2004.

Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. **ATHIS na Universidade/Extensão: caminhos trilhados e novas perspectivas**. UIA 2021 RIO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lokt7FU7fe4>> Acesso em: 02 dez 2021.

Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil - Principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GOUVEA, L. A. **Habitação popular no Brasil**. Brasília, DF: AnnaBlume, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=downloads>> Acesso em: 01 dez 2021.

KAPP, S. (2014). **Experiências em Assistência Técnica e suas questões em Assistência Técnica e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas.

MENDONÇA, Carina. **Arquitetura na periferia**: Uma experiência de assessoria técnica para mulheres. Belo Horizonte, 2014.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. **Arquitetura e Política**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NAIGEBORIN, Vivianne. **Introdução ao universo dos negócios sociais**. Artemisia, 2010. Disponível em: <http://www.big2050.org.br/_data/biblioteca/Artemisia-Introdu%C3%A7%C3%A3o_ao_Universo_de_Neg%C3%B3cios_Sociais.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2018.

Pesquisa CAU/BR DATAFOLHA. CAU/BR, 2015. <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>> Acesso em: 20 mar 2018.

SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

YUNUS, Muhammad; MOINGEON, Bertrand; LEHMANN-ORTEGA, Laurence. **Building Social Business Models**: Lessons from the Grameen Experience. Elsevier, Nova York, v. 43, n.2-3, abril-junho 2010, p. 308-325.